



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA – SEMFAZ**

REQUERIMENTO DE REVISÃO DO LANÇAMENTO – IPTU-2011

Ilmo. Sr. (a) Secretário (a) Municipal de Fazenda

Eu _____, CPF _____

_____ proprietário/responsável pelo imóvel localizado à
av/rua _____, n° _____, Bairro_

_____, Complemento _____, CEP. _____ telefone _____

_____, venho à presença de Vossa Senhoria solicitar a Revisão de Lançamento do IPTU do ano de 2011, do imóvel de Inscrição Imobiliária n° _____, com base na Lei Complementar 199 de 21 de dezembro de 2004 e regulamentações.

JUSTIFICATIVA _____

PREENCHA OS CAMPOS QUE SE ENCONTRAM DIVERGENTES

ALÍQUOTAS

Imóveis Edificados:

0,5 %

Imóveis Não Edificados:

Muro e Calçada: 1%

Muro ou Calçada: 1,75%

Sem Muro e Calçada: 2,5% com
Progressividade de 0,5% a.a, limite 10%
Alíquota para 2011 - 0,7%

BASE DE CÁLCULO

Área de Terreno

Área Total Construída

N° de Testadas

Testada Principal

Menor Testada

Água

Esgoto

Energia Elétrica

Telefone

Ocupação

Patrimônio Terreno

Situação Terreno

Topografia

Pedologia

Divisas

Calçada

Meio-Fio

Caracterização

Utilização

Patrimônio Unidade

Situação Unidade

Estrutura

Parede

Cobertura

Revestimento Externo

Posição

Alinhamento

Conservação

Uso do Imóvel

Área da Unidade

N° de Economias da Unidade

N° de Pav. (EDF)

Piso

Forro

Galeria Pluvial

Revestimento Interno

Iluminação Pública

Pavimentação

Pede Deferimento.

Porto Velho, ____ de _____ de _____

Proprietário ou Representante Legal

Informações Complementares

- **Vistoria em “IN LOCO”**
 - Ponto de referência: _____
 - Entre as ruas: _____
- **Horário para visita**
 - () manhã – Hora: _____
 - () tarde – Hora: _____

➤ Documentos Necessários:

- 1 Requerimento Específico (Revisão de Lançamento de IPTU) com justificativa do pedido;
- 2 Documento de Propriedade ou de posse do imóvel;
- 3 Documentos pessoais do requerente (RG e CPG);
- 4 Comprovante de endereço atual (ex: conta de luz, água e telefone);
- 5 Se pessoa jurídica: Contrato Social e alterações, Estatuto e Ata de Constituição registrada no órgão competente, CNPJ e documentos pessoais do representante legal;
- 6 Se procurador: Instrumento Público ou Particular (com firma reconhecida) com poderes expressos e específicos e os documentos pessoais do procurador;
- 7 Taxa de expediente para abertura de processo – original paga.

➤ OBS.:

- ✓ As cópias de documentação deverão ser autenticadas ou acompanhadas das originais para conferência.
- ✓ A autoridade competente poderá solicitar outros elementos que julgar necessários para a instrução do processo, inclusive visando à comprovação da veracidade das declarações apresentadas;
- ✓ O Cumprimento integral das exigências constantes da presente Instrução Normativa é condição indispensável ao conhecimento e análise do pedido formulado;
- ✓ Não atendendo ao prazo da notificação, concordo com o arquivamento do processo.